

FRANCISCO QUEIROZ
CRISTINA MOSCATEL

DESCUBRA AS SUAS ORIGENS

MANUAL DE GENEALOGIA
E HISTÓRIA DA FAMÍLIA

a esfera  dos livros

Índice

Agradecimentos.	11
Introdução	13
Pesquisar	19
Pesquisar os registos paroquiais.	24
De que se compõem os registos paroquiais?	24
Como surgiram os registos paroquiais e que dados podem conter?	30
O que procurar primeiro: baptismos, casamentos ou óbitos?	36
Como fazer a pesquisa nos livros paroquiais?	43
Que informação deve ser extraída dos assentos paroquiais?	58
A importância dos padrinhos.	67
Pesquisar outras fontes documentais	72
Assentos de óbito não paroquiais e registos de enterramento.	73
Os registos sobre expostos	76
Os processos de habilitação	79
As fontes régias.. . . .	86
As fontes notariais e judiciais.	88
As fontes relacionadas com a propriedade..	97
Fontes ligadas ao poder local	102
Fontes ligadas ao poder distrital ou regional e outras fontes documentais do poder central	105
Os recenseamentos eleitorais	112
Fontes de carácter militar	114
As fontes monásticas, de misericórdias e de outras irmandades..	116
As fontes episcopais	117
Arquivos de outras instituições	121
Os arquivos familiares ou pessoais.	124

Outros recursos de pesquisa	128
A tradição oral	128
O espólio familiar	132
A importância dos retratos e das fotografias antigas em geral	135
Interpretar a maneira de escrever	141
Os periódicos	142
Os bens imóveis	145
Os estudos de ADN	149
A bibliografia	151
Interpretar	165
Os apelidos.	167
A evolução dos apelidos nos séculos XVII a XIX	186
Dificuldades na interpretação da origem dos apelidos portugueses.	190
Os apelidos e nomes de filhos de pais incógnitos e de expostos	200
Outras questões relativas a apelidos e nomes	206
A Heráldica.	213
O problema das abreviaturas em documentos antigos.. .. .	228
Abreviaturas e siglas com interesse para a pesquisa genealógica, com os desdobramentos mais prováveis	230
Algumas expressões que caíram em desuso.. .. .	237
Organizar.	249
Elaborar a árvore genealógica.	251
Escrever a história da família.. .. .	259
Notas finais.	271
Bibliografia	273

À Felícia, ao Francisco Gastão,
à Laura, e a todos os que viveram
para que eles pudessem existir.

Agradecimentos

Ana Luísa A. Baeta Neves Gomes da Costa, Bernardino Coelho de Castro Ribeiro, Carlos Cordeiro, Domingos Barrias, Fernando Luís Franco da Silva Atayde, Luís Lobo d'Ávila Lencastre, Ricardo Charters d'Azevedo, Sérgio Resende, Sílvio Ribeiro, Sónia Lobo Silva, Susana Goulart Costa.

Arquivo Distrital de Leiria, Arquivo Distrital do Porto, Arquivo Distrital de Vila Real, Arquivo Histórico Municipal do Porto, Arquivo Municipal Sophia de Mello Breyner, Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, Biblioteca Municipal de Vila Nova de Gaia, Biblioteca Nacional de Espanha, Biblioteca Nacional de Lisboa, Biblioteca Pública e Arquivo Regional de Ponta Delgada, Irmandade dos Clérigos (Porto), Junta de Freguesia da Madalena (Vila Nova de Gaia), Misericórdia de Vila Real, Paróquia de Santa Marinha de Vila Nova de Gaia, Venerável Irmandade de Nossa Senhora da Lapa (Porto).

Agradecimentos especiais:

À Inês Versos, pela revisão inicial da bibliografia.

Ao Nuno Borges de Araújo, pela revisão do texto final.

Introdução



*Qualquer homem, como eu, tem quatro avós,
estes quatro por força dezasseis,
sessenta e quatro a estes contareis
em só três gerações que expomos nós.*

*Se o cálculo procede, espreitai vós
que pela proa vêm cinquenta e seis
sobre duzentos mais, que lhe dareis,
qual chapéu de cardeal que espalha os nós*

*Se um homem só dá tanto cabedal
dos ascendentes seus, que farão mil?
Uma província? Todo o Portugal?*

*Por esta conta, amigo, ou nobre ou vil
sempre és parente do marquês de tal,
e também do porteiro Afonso Gil.*

*Paulino António Cabral de Vasconcelos,
Abade de Jazente (século XVIII)*

Cada vez mais pessoas querem perceber as suas origens, não só através da elaboração da sua árvore genealógica, mas também através de investigação mais aprofundada sobre a história da sua família. A pesquisa tem vindo a ser facilitada por um crescente número de recursos em linha. Porém, para quem começa e mesmo para quem já leu alguma coisa sobre o assunto, subsistem muitas dúvidas, dada a vastidão e dispersão dos recursos, as «ratoeiras» e os aparentes «becos sem saída» em que pode cair facilmente quem pretende traçar a história da sua família, bem como as mistificações construídas – no passado, e mesmo actualmente – em torno de determinadas famílias e parentelas.

Sem contar com um manual escrito na já recuada década de 1940 por Armando de Mattos (MATTOS, 1944), o único guia credível sobre esta temática publicado no mercado livreiro português é da autoria de Nuno Canas Mendes (MENDES, 1996). Porém, contém uma abordagem mais restrita, focando sobretudo a elaboração da árvore genealógica propriamente dita, além de se encontrar esgotado. Existem também alguns fóruns e grupos de Genealogia na Internet, aplicados ao caso português. Contudo, a informação encontra-se geralmente dispersa e nem toda é fiável. Acresce também o facto de boa parte das pessoas mais experientes neste tipo de pesquisa não ter disponibilidade para estar repetidamente a orientar o cada vez maior número de pessoas que querem conhecer melhor as suas raízes familiares.

Foi por isso que decidimos elaborar uma espécie de guia, simultaneamente rigoroso mas também prático, o qual possa ajudar os interessados a fazer a história da sua família, aconselhando por onde ir, por onde não ir, quando pedir ajuda e a quem. Caixas de texto contendo exemplos curiosos e dados adicionais enriquecem o texto principal, cuja linguagem é tão simples quanto possível.

Embora nos tenhamos centrado em Portugal (continental e insular), o presente volume dirige-se a todos quantos tenham ascendentes portugueses, independentemente da sua nacionalidade ou local de residência. A abordagem, propositadamente não elitista, procura esclarecer as principais dúvidas e dificuldades sentidas por quem quer pesquisar as suas raízes, expressas nos inúmeros apelos a este respeito publicados nos supramencionados grupos e fóruns da Internet. As dicas de pesquisa que apresentamos no presente volume não se limitam a listar os arquivos consultáveis e os recursos disponíveis em linha, contemplando também as várias formas de interpretação do espólio familiar, entre outros aspectos nem sempre presentes em obras genealógicas mais conservadoras.

Creemos que este livro poderá ser útil mesmo a quem já tenha alguma experiência na área da Genealogia, pois trata-se de um tema em que a aprendizagem é uma constante: há particularidades genealógicas tipicamente regionais e outras que se encontram quase só em famílias com preponderância de certas profissões, de certas categorias sociais ou com uma determinada composição numérica.

O volume está repartido em três abordagens: Pesquisar, Interpretar e Organizar. A cada uma das abordagens, corresponde um capítulo.

No primeiro capítulo, indica-se até onde pode geralmente ser feita a história de uma família, tanto em termos cronológicos como da profundidade dos dados, e que limitações ou obstáculos tendem a surgir ao longo da pesquisa. Explicamos também quais devem ser os vários passos da pesquisa, mencionando o modo como, em Portugal, estão distribuídos os fundos documentais que podem interessar, e o que estes geralmente contêm.

No segundo capítulo, são abordados alguns conceitos fundamentais de Genealogia e de História da Família, os quais permitirão interpretar os dados extraídos das diversas fontes, relativizando-os à luz da época a que os mesmos se reportam, de modo a que as informações recolhidas possibilitem a continuação da pesquisa em outras fontes e também para que a história dos nossos antepassados seja feita sem equívocos sobre o verdadeiro significado dos dados compilados.

No terceiro e último capítulo, explica-se o melhor modo de organizar os dados recolhidos e interpretados, consoante o fim que cada qual pretende dar à pesquisa: seja a elaboração da árvore genealógica, seja – para quem pretender algo mais completo – o desafio de escrever a história da sua própria família.

Remata o volume um elenco bibliográfico, o qual não pretende ser, de modo algum, exaustivo.

Vila Nova de Gaia e Ponta Delgada, Julho de 2016;

Os autores

Pesquisar



*«Quem encontra sem procurar,
é porque muito procurou sem encontrar.»*
Provérbio popular

Pesquisar os nossos antepassados pode ser motivado por uma necessidade em reforçar crenças ou ideologias, ou, ao invés, por as colocar em questão, assim como por mera curiosidade em perceber o porquê de determinadas características se repetirem em certos ramos da família, sejam psicológicas, sejam, sobretudo, físicas: a forma do rosto, a cor dos olhos, a textura do cabelo, entre outras. São, pois, vários os motivos que podem levar as pessoas a interessarem-se pelas suas origens. O principal, no mundo globalizado de hoje, talvez seja a busca da sua identidade, da sua especificidade.

Durante muito tempo, fazer Genealogia foi quase só apanágio daqueles que descendiam de famílias reais ou nobres, pois aquela era essencialmente um instrumento para a sua própria valorização social, sobretudo entre pares, assim como para permitir a renovação de privilégios e cargos hereditários. Porém, devido até ao próprio alargamento do âmbito da História como disciplina teórica, no século xx, passando a contemplar o estudo de todos os estratos sociais – não como mero complemento ao estudo das elites, mas pela importância e pelo papel que cada estrato tem para a compreensão global da evolução das sociedades – é hoje plenamente aceite que a Genealogia não é só para alguns. Aliás, na prática, pesquisar os antepassados é algo acessível a todos. Ainda que, para algumas camadas sociais, haja mais informação disponível do que para outras, a todos é possibilitado um contínuo processo de descoberta da sua história familiar, processo esse que pode tornar-se deveras fascinante.

Principais qualidades de um bom genealogista: paciência e perseverança, para prosseguir mesmo quando os resultados teimam em não surgir; rigor e capacidade de organização, de modo a que nenhum dado se perca

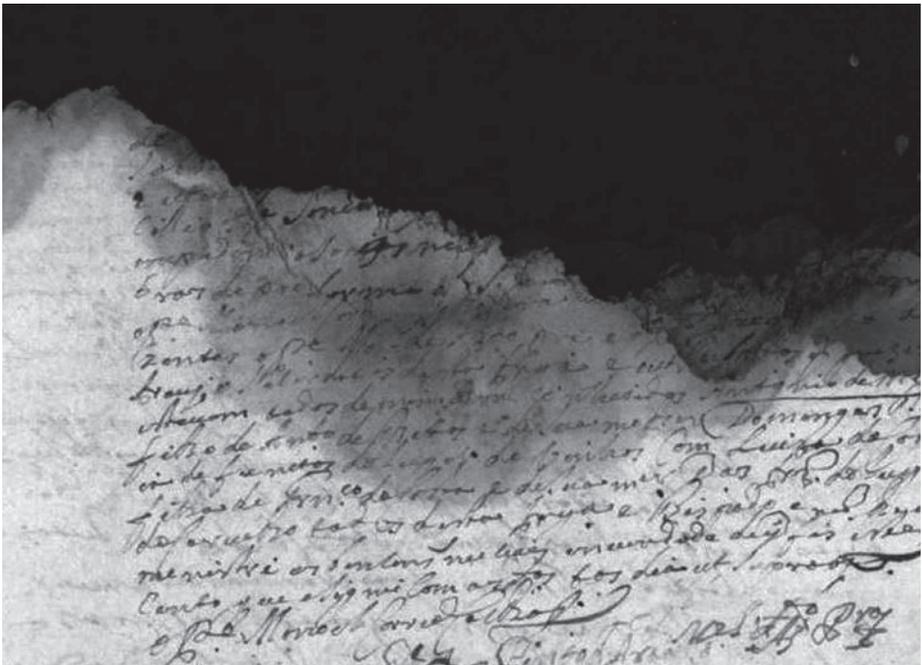
e todos sejam facilmente encontrados sempre que necessário; objectividade e honestidade intelectual, para que as interpretações não sejam empoladas, deixando de corresponder inteiramente à verdade histórica; respeito pelos documentos antigos, de modo a que estes sejam manuseados com cuidado e possam estar disponíveis para as gerações futuras; espírito crítico e uma pitada de cepticismo, para não serem tiradas conclusões apressadas; generosidade, humildade e vontade de saber, para favorecer o intercâmbio de dados e uma aprendizagem contínua.

Ao iniciarmos a pesquisa, partimos geralmente de informações orais e documentos dispersos mais recentes, seguindo as respectivas pistas. Passamos depois por todo o processo de busca, que às vezes pode ser árduo e demorado mas que geralmente produz algum resultado positivo, embora nem sempre aquele que estávamos à espera. É, por isso, importante que partamos para a pesquisa com abertura suficiente para virmos a colocar em causa eventuais preconceitos que tínhamos em relação às origens da nossa própria família. Aliás, quem inicia uma pesquisa sobretudo para tentar provar a eventual nobreza de um ramo familiar ou a sua origem em determinado local, pode muitas vezes deparar-se com descobertas que contrariem o seu propósito, levando à frustração, ou – o que é pior – à tentação de negar e até esconder ou mistificar o que foi encontrado.

Importa frisar, desde logo, que a nobreza não é uma condição fixa, mas sempre resultado de uma aquisição de estatuto social mais elevado. Muitos portugueses nobilitaram-se na Baixa Idade Média por via dos seus feitos e vários eram simples artífices que pegaram em armas e se distinguiram pela bravura, recebendo depois, do rei, terras e privilégios. A partir daí, estes ou os seus descendentes geralmente iniciavam um percurso de sedimentação do novo estatuto social, o qual passava também pela obtenção de brasão de armas e, mais tarde, pela instituição de vínculos que garantissem uma representação sempre pujante e abastada do principal ramo da família. Em suma, as famílias nobres portuguesas tiveram forçosamente ramos de origem humilde, mesmo que não consigamos determinar no tempo essa origem. Por outro lado, várias famílias que pertenceram a uma nobreza opulenta voltaram a uma condição mais depauperada, quer por efeito de casamentos socialmente desiguais e economicamente desvantajosos, quer devido à prodigalidade de algum mem-

bro da família, quer pelos gastos excessivos com toda a sumptuária necessária para manter uma certa imagem social, quer ainda por má gestão dos bens. Podemos mencionar outras possíveis causas desta chamada mobilidade social descendente, como a extinção dos vínculos (no século XIX), o esfacelamento de fortunas através de sucessivas partilhas, e até o apoio a figuras e facções políticas que viriam a perder a sua influência e poder. De referir ainda uma outra possível causa que, não constituindo regra, é quase proverbial: o que uma geração amealha, a geração dos filhos desfruta, e a dos netos desbarata.

Em suma, se estivermos receptivos a tudo o que possamos vir a encontrar sobre os nossos antepassados – mais ou menos ilustres, mais ou menos abastados – o percurso de descoberta pode tornar-se verdadeiramente entusiasmante, e até viciante.



1. Por vezes, ao longo de uma pesquisa genealógica, o grau de deterioração das fontes documentais é tão ou mais frustrante do que o seu desaparecimento. No caso deste livro da Paróquia de Sedielos (Arquivo Distrital de Vila Real), são vários os assentos em que as lacunas tornam quase impossível apurar se algum deles é aquele que procuramos.

Pesquisar os registos paroquiais

De que se compõem os registos paroquiais?

Os registos paroquiais são o conjunto de assentos de baptismos, casamentos e óbitos feitos nas paróquias. Estes registos existem no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, em Lisboa, e também nos diversos arquivos distritais, ainda que alguns não contenham a designação «distrital», como sucede com o Arquivo da Universidade de Coimbra e os arquivos regionais dos Açores e da Madeira. Outras excepções são os registos paroquiais originais que existem em arquivos municipais ou diocesanos, como o Arquivo Municipal Alfredo Pimenta, de Guimarães, ou os arquivos diocesanos de Bragança e de Lamego. Referimo-nos a registos paroquiais originais porque, regra geral, os arquivos diocesanos detêm livros paroquiais duplicados, os quais datam da segunda metade do século XIX e do início do século XX.

Alguns livros paroquiais originais que, por lei, deveriam ter sido incorporados em arquivos distritais, poderão ainda estar nos cartórios paroquiais, por esquecimento em algum armário, ou por outra qualquer razão. A título de exemplo: os livros das paróquias da diocese de Elvas, extinta em 1881, ficaram no Arquivo Histórico Municipal de Elvas. Temos ainda casos especiais, como os registos paroquiais de antigas possessões ultramarinas, que geralmente não se encontram em Portugal, embora haja excepções, sobretudo de possessões que deixaram de o ser antes do século XX. Uma delas é Tânger, cujos registos paroquiais encontram-se na secção de reservados da Biblioteca Nacional, onde também se encontra um livro paroquial referente a Portugal continental: o dos baptismos administrados no início de Oitocentos na Paróquia de Ucanha, e isto por ter estado nas mãos de um particular, Jorge de Moser.

Em Portugal, os registos paroquiais de comunidades estrangeiras relativamente numerosas e organizadas podem encontrar-se ainda nas respectivas igrejas, nomeadamente na do Loreto (dos italianos), ou na de São Luís dos Franceses, ambas em Lisboa. O mesmo aplica-se às mais antigas comunidades protestantes organizadas em Portugal, ainda que alguns dos registos paroquiais de britânicos de Lisboa e do Porto este-

jam hoje na Grã-Bretanha. Em princípio, todas as comunidades não católicas em Portugal que tenham cemitério próprio possuirão registos equivalentes aos paroquiais. No caso dos britânicos, lembramos que existem cemitérios privativos também no Funchal e em Ponta Delgada. Note-se que indivíduos de outras nacionalidades, como holandeses, suecos, dinamarqueses, alemães, e outros, conquanto fossem protestantes, eram também sepultados nestes cemitérios. Em Lisboa, existe até um cemitério alemão. Há obras específicas que permitem perceber melhor como funcionavam estas comunidades protestantes em Portugal, como uns apontamentos genealógicos de Jorge de Moser, existentes na Biblioteca Nacional (MENDES, 1996: 84). Quanto aos judeus, existem cemitérios próprios em Lisboa, Faro, Ponta Delgada e Funchal. Porém, até devido à sua diáspora, é já substancial a informação publicada na Internet, ainda que a maioria esteja em inglês ou em hebraico.

.....

Note-se que as paróquias portuguesas continuam a produzir documentação. Porém, para efeitos genealógicos, consideram-se os registos paroquiais apenas até à Implantação da República, visto que, a partir de 1911, os registos de carácter obrigatório passaram a ser feitos em conservatórias de registo civil, onde ainda se fazem. Os registos paroquiais deixaram progressivamente de ser representativos de toda a população, pelo que os mais recentes possuem um valor genealógico muito relativo, ainda que possam dar informações interessantes sobre o percurso religioso de um determinado indivíduo, que os registos civis dificilmente reflectirão.

.....

Em Portugal, e depois da hegemonização religiosa resultante da Contra-reforma e da acção perseguidora da Inquisição, foi demorado o processo de aceitação do culto das minorias assumidamente não católicas. Os britânicos terão sido os primeiros a poder ter locais próprios de culto em território nacional (ainda que com certas restrições), assim como cemitérios privativos. No caso dos judeus, a partir do Liberalismo passaram a poder também ter cemitérios próprios. Na década de 1870, foi publicada legislação que obrigava ao registo dos nascimentos de não católicos em livros das administrações dos concelhos e que determinava, em cada cemitério público – visto ser sempre inicialmente

benzido de acordo com o rito católico, a construção de uma secção apartada e não benzida para o enterramento de não católicos. Porém, a lei nem sempre foi cumprida, no que diz respeito a estas minorias.

Note-se que a documentação paroquial anterior a 1910 não se limita necessariamente aos livros com assentos de baptismos, casamentos e óbitos. Para algumas paróquias, subsistiram livros de outro tipo, por vezes muito interessantes, como os róis da desobriga ou os livros de visitas e devassas, podendo haver ainda róis de crismados – geralmente insertos em livros de baptismos, casamentos ou óbitos – róis estes com a particularidade de geralmente mencionarem, além dos pais, também os padriños do crisma.

Os róis de crismados permitem perceber, entre outras coisas, se houve alteração do nome próprio dado aquando do baptismo, pois era possível trocar de nome aquando do crisma e, quando isso acontecia, os párocos nem sempre faziam o competente averbamento no assento de baptismo.

Os livros da desobriga contêm listas, por ano, de todos aqueles que, numa certa paróquia, se confessavam e/ou comungavam pela Páscoa – altura do ano em que eram absolutamente obrigatórios estes preceitos. Cada pároco tinha, pois, de arrolar os seus paroquianos no início da Quaresma, de modo a poder certificar o cumprimento dos preceitos aquando da Páscoa. Havendo cumprimento, o pároco mencionava-os no rol como desobrigados. Só não eram arrolados os residentes na freguesia que estivessem ostensivamente à margem da Religião Católica: proscritos e excomungados, ou então crentes de outras religiões. Na prática, e para a maioria das paróquias rurais portuguesas, toda a população – uma vez que toda ela era católica – encontra-se mencionada nos livros de desobriga, conquanto tivesse mais de 7 anos – a idade mínima para poder confessar-se.

